

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.259 - SP (2019/0131229-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : L C
ADVOGADO : LUIZ EUGENIO MARQUES DE SOUZA - SP120906
AGRAVADO : R DE S C
ADVOGADO : RODRIGO ANTÔNIO ALVES - SP160496

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por L C em desafio a decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"REVISIONAL DE ALIMENTOS - Cerceamento de defesa. Inocorrência - Filho menor. Necessidade presumida. Mudança da situação financeira do alimentante - Arbitramento adequado e que atende o binômio legal (necessidade/possibilidade). Corresponsabilidade da genitora do alimentando que detém a guarda e contribui, a priori, mais intensamente com o custeio da moradia e de despesas de alimentação e vestuário - Apelante que não comprovou que o percentual fixado comprometerá sua subsistência, assim como não comprovou a existência de outros filhos e nem o pagamento de alimentos ou despesas - Sentença mantida - RECURSO NÃO PROVIDO." (e-STJ, fl. 191)

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 4º, I, e 1.694 do Código Civil; 7º da Lei de Alimentos e 267, IV do CPC/1973 (art. 485, IV do CPC/2015).

Afirma a *"irregularidade na representação processual, já que o menor relativamente incapaz deverá ser assistido e não representado pelo genitor, sob pena de nulidade"*, bem como que a *"ausência do autor na audiência de conciliação importa em arquivamento do pedido e extinção do processo sem resolução do mérito"* (e-STJ, fl. 223).

Aduz, ainda, a ocorrência de cerceamento de defesa, diante do julgamento antecipado da lide, e a necessidade de modificação da pensão mensal, tendo em vista que consome praticamente a metade dos rendimentos do recorrente, de modo a caracterizar o desequilíbrio entre o valor da prestação alimentar e a renda do alimentante.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Extrai-se dos autos que o Tribunal de origem manteve a sentença de primeiro grau, que julgou procedente a ação revisional de alimentos ajuizada pelo ora recorrido para majorar a obrigação alimentícia paga pelo recorrente para um salário mínimo, sob os seguintes fundamentos:

"Na hipótese não se verifica a ocorrência de cerceamento de defesa, arguidas no agravo retido. Não tem razão o argumento suscitado segundo o qual os apelantes teriam sido prejudicados pela falta de realização de audiência de conciliação. É sabido que referida audiência, embora útil para a resolução dos conflitos não é de todo imprescindível, haja vista que as partes podem transigir a qualquer tempo. A ausência do autor, menor à época, na audiência de conciliação realizada (fls. 39) não acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista que sua genitora compareceu a referida audiência.

Com relação a não realização de audiência de instrução, a prova se destina, de maneira precípua, ao magistrado, a quem cabe, com absoluta exclusividade, o exercício de um prévio juízo de verossimilhança, relevância e pertinência acerca de cada um dos requerimentos para produção de provas, independentemente de impugnação pela parte contrária.

No caso os fatos alegados nos autos prescindem de prova oral, que nada acrescentariam nos autos, art. 370, Parágrafo único do Código de Processo Civil.

Com relação ao mérito, o réu quando intentou a ação contava com 16 anos, portanto menor de idade, é sabido que a obrigação do apelante de prestar alimentos ao apelado/menor é incontroversa e decorre do poder familiar, assim disposto no artigo 22, 'caput' do Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 1.634, I, do Código Civil e ainda artigo 229 da Constituição Federal.

[...]

A necessidade do filho menor de receber alimentos conta com presunção absoluta (art. 1.694, § 1º, do CC), de modo que, dispensa o mesmo de produzir a prova da sua necessidade, embora seja de todo conveniente, mas não obrigatória, a especificação das mesmas na petição inicial.

Assim considerando, em relação aos autos, tratando-se de filho menor a necessidade é presumida. Quanto à possibilidade do genitor de prestar alimentos ficou demonstrado nos autos, que quando a pensão foi fixada no patamar de 40% do salário mínimo, o apelante estava desempregado (fls. 12/16) e que atualmente se encontra empregado com carteira assinada, auferindo rendimento mensal de mais de R\$ 3.000,00 (fls. 23/28). Consigne-se que o

apelante não juntou aos autos qualquer documento que comprovasse suas despesas mensais locação, água, luz etc. para que se verificasse a impossibilidade de prestar alimentos no valor determinado na R. sentença, provas essas documentais, não podendo se falar em cerceamento de defesa ante a não designação de audiência de instrução.

As alegações de que a prestação de alimentos incentivam o ócio do alimentando que abandonou os estudos e não trabalha, não comportam guarida, visto que quando proposta a presente ação, o alimentando era menor de idade, sendo suas necessidades presumidas. Tendo o mesmo completado a maioridade cabe o apelante, em ação própria, pleitear a exoneração dos alimentos do filho maior.

A circunstância de o apelante ter constituído nova família, ou ter outros filhos, por si só não é motivo para a não majoração do valor dos alimentos, pois ao assumir os encargos decorrentes da nova fase de sua vida, ao optar pelo crescimento da prole, aceitou as obrigações e os sacrifícios dele decorrentes, em especial os de natureza econômica, tudo em nome de uma paternidade responsável. Ademais, limitou-se o apelante a falar que havia constituído nova família, não trazendo aos autos certidão de casamento e nascimento de eventuais filhos, prova que ressalte-se não seria produzida em audiência de instrução.

Com relação a corresponsabilidade da genitora do autor no sustento do filho, não há que se reduzir o valor arbitrado ante o argumento da necessidade da repartição das despesas para o sustento do filho, em essência, quem detém a guarda contribui, a priori, mais intensamente com o custeio da moradia e de despesas de alimentação e vestuário. Quem não a possui, presta-a mediante o arbitramento de alimentos, in natura ou em pecúnia.

Quanto à proporcionalidade, o valor encontrado pela R. Sentença não extrapola o grau de possibilidade do genitor. Assim, mostra-se razoável a fixação da pensão em 1 (um) salário mínimo nacional vigente, porquanto tal percentual, diante do quadro retratado nos autos, atende aos ditames estabelecidos pelo binômio legal." (e-STJ, fls. 193/195)

Assim, não há o que reformar no acórdão atacado, que reconheceu a existência de elementos suficientes para a formação do julgador e, portanto, desnecessária a realização de prova oral pretendida, na medida em que a jurisprudência desta Corte assinala que, "*sendo o juiz o destinatário da prova, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o entendimento pelo julgamento antecipado*

da lide não acarreta cerceamento de defesa" (AgInt no REsp 1.429.272/MA, Relator o Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, DJe de 20/8/2018).

Ademais, observa-se que a Corte local entendeu que a ausência do menor na audiência de conciliação não enseja a extinção do processo, tendo em vista o comparecimento da genitora.

No apelo, extremo, porém, o recorrente não se insurge contra o fundamento que lastreou o acórdão atacado, isto é, o comparecimento da genitora à audiência de conciliação a afastar a extinção do processo, o que o que caracteriza deficiência na fundamentação por inobservância da técnica própria e impede a análise do recurso, diante da incidência da Súmula 284/STF.

Por fim, a alteração das conclusões adotadas pelo acórdão atacado, a fim de aferir o binômio necessidade/capacidade demandaria novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada na via eleita, diante do óbice da Súmula 7/STJ. Isso porque a Corte local reconheceu, com fundamento nas provas constantes nos autos, que ficou demonstrada a possibilidade do agravante de prestar alimentos, diante da realidade econômica apresentada, e a presunção de necessidade do alimentando, por se tratar de pessoa menor de idade.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A revisão do valor fixado a título de alimentos pressupõe a análise da situação fática no intuito de verificar eventual alteração no equilíbrio binomial entre necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante. 1.1. No caso em tela, a reforma do acórdão no sentido pretendido pelo recorrente demandaria reexame das provas contidas no autos no intuito de derruir a convicção formada na origem quanto à inoccorrência de alteração na situação financeira do autor ou nas necessidades dos requeridos.

2. No sistema recursal brasileiro, vigora o cânone da unirrecorribilidade recursal, segundo o qual, não é admissível o manejo de mais de um recurso, pela mesma parte, contra a mesma decisão. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno de fls.877-880, e-STJ desprovido, e agravo interno de fls. 881-905, e-STJ não conhecido." (AgInt no AREsp 1.362.842/SP, Relator o Ministro Marco Buzzi, DJe de 26/2/2019; sem grifo no original)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 10% (dez por cento) para 11% (onze por cento) sobre o valor dado a causa.

Publique-se.

Brasília/DF, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator